



Não vai haver, em nenhuma hipótese, um grupo ideológico majoritário dentro da Assembleia Nacional Constituinte. E isto tem até algumas vantagens. O Brasil não é hoje uma maioria unida em torno de uma proposta ideológica.

A sociedade é que vai definir a Constituinte

ILARA VIOTTI
Da Editoria de Política

Pernambucano, 42 anos, Cristóvam Buarque é reitor eleito da Universidade de Brasília. Em seu gabinete, no terceiro andar do edifício que abriga a reitoria, ele está cumprindo um mandato de 4 anos, dos quais ainda restam três, com um objetivo principal: redemocratizar a UnB, que surgiu em 1960 como um dos maiores sonhos da inteligência brasileira.

Fazer uma universidade nova, de ponta, não é tarefa fácil. Apesar de não ser propriamente pequena — está entre as 5 que mais produzem no País — a UnB é a 1ª entidade universitária pública em termos de dotação da União. A proximidade com o centro decisório brasileiro será largamente utilizada para a renovação da UnB. Está criado o Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte (CEAC), que pretende informar os cidadãos e suas entidades representativas de todos os passos dados pelos parlamentares.

“O professor da UnB é o único que pode, em cinco minutos, estar no Congresso conversando com um constituinte” — observa Cristóvam —, o CEAC — que já está articulado na Universidade de Campinas e na Universidade Federal do Rio de Janeiro, vai nos possibilitar a articulação de respostas imediatas da sociedade ao novo corpo de leis do País.

Na opinião de Cristóvam Buarque, a condição para que a nova Constituição seja, de fato, democrática é a manutenção da mobilização da sociedade através de suas entidades. “Não há posição reacionária que resista à cobrança democrática”. Partindo deste princípio, Buarque se sente à vontade para crer que o Brasil, daqui a dois anos, não será o mesmo que padecia com o autoritarismo durante os últimos 21 anos.

O que se pode fazer para evitar que a Constituinte seja um corpo conservador, que não promoverá as mudanças desejadas pela sociedade?

— Não sei qual vai ser o resultado das eleições. E cedo para se prever que será uma tituinte conservadora. Agora, o que vai determinar o caráter conservador não é apenas o resultado das urnas. E, sim, este resultado, mas muito mais a mobilização que a sociedade brasileira faça a partir desse momento. Não é preciso que haja mais de 50 por cento de parlamentares com posições progressistas para que a constituinte seja progressista. Até porque se nós formos analisar o que significa a palavra progressista, hoje, vamos poder ter um grupo enorme de pessoas que podem ser chamadas assim, com opiniões, muitas vezes, contrárias entre si.

O que nós podemos desde já dizer é que não vai haver em nenhuma hipótese, um grupo ideológico majoritário dentro da Assembleia Nacional Constituinte. E isto tem até algumas vantagens. O Brasil não é hoje uma maioria unida em torno de uma proposta ideológica. E, ao contrário, um País dividido em termos de propostas. Assim, a constituinte deverá refletir os interesses e as aspirações da sociedade brasileira em bloco, e isso só acontecerá se a sociedade se

organizar, se mobilizar para fazer-se ouvir. Teremos sem dúvida constituintes lúcidos, que perceberão que a constituição deverá refletir estes interesses.

— E haverá esta mobilização?

— Eu não sou pessimista. Acho que haverá um bloco de parlamentares com grandes divergências políticas e ideológicas, mas que vai se unir em torno de propostas que não se rompam rapidamente. No caso da reforma agrária, por exemplo, se a constituição não refletir as aspirações de liberdade da sociedade, eliminando todas as formas de autoritarismo, definindo o papel do Estado como regulador, e não como patrão da economia agrícola, a constituição não durará muito tempo. E a fugacidade da constituição não interessa a ninguém.

Ainda nesta questão da terra, vai haver gente que vai querer acabar com a propriedade privada. Vai também haver gente que, ao contrário, desejará o direito

turo de sua categoria, esquecendo a defesa dos interesses gerais do futuro da nação. Nós acabamos com a ditadura neste País, mas ainda nos comportamos em termos da autoproteção, como se ainda estissemos nos defendendo da ditadura. Os médicos, por exemplo, devem lutar não só por si, mas também pelas questões ligadas à terra, à melhoria da sociedade de modo geral. O governo, o poder legislativo, não é impermeável às pressões como era no tempo da ditadura.

— Mas o interesse imediato se justifica...

— Se justifica mas não pode ser predominante. Se ele é predominante a gente não vai ter uma constituição. Vamos ter um amontoado de leis ordinárias, que vão ser chamadas de constituição. Eu estou certo de que vai haver esta mobilização, mas há de fato o risco de que ela não se dê em torno dos interesses gerais do País, e sim em torno dos interesses de cada uma das categorias

não acho lícito revelá-lo. Mas o meu primeiro voto foi dado a Miguel Arraes, e se votasse lá certamente votaria nele novamente. Outro dia eu mandei a ele um telegrama dizendo que tenho dele dois orgulhos. O primeiro é justamente ter votado nele. O segundo é não ter me arrependido do voto que dei.

Ainda sobre a constituição, qual a sua opinião sobre a proposta do Dr. Ulysses Guimarães, de formação de uma comissão representativa para legislar ordinariamente durante a constituinte?

Eu não tenho posição firmada sobre isso. Mas acho que a proposta do Dr. Ulysses é uma das alternativas positivas. O ideal é que houvesse uma constituinte pura, nada mais. Mas se houvesse só a Constituinte, quem legislaria ordinariamente? Na época de Dutra (Eurico Gaspar Dutra, que presidiu o País entre 1946 e 1950) foi ele próprio, através de decretos. Isso ninguém quer hoje.

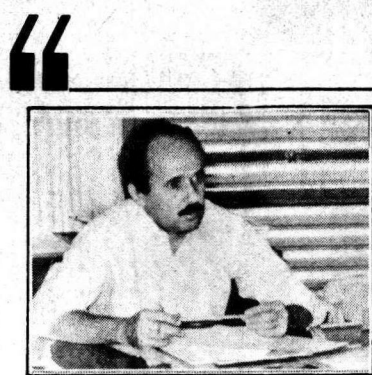
Agora, ter as duas funcionando juntas, é complicado. A constituição exige de cada constituinte o compromisso de Estadista com o futuro. O Congresso exige de cada parlamentar o compromisso de político com o presente, o que é absolutamente lícito para ambos os casos. Se a gente tiver o mesmo grupo fazendo as duas coisas, corremos o risco de ter, e certamente teremos, que assistir acordos espúrios.

Vamos pegar um exemplo qualquer, fictício, vamos supor que de repente um banco comercial quebre, em qualquer estado, como aconteceu com o Sulbrasileiro. Os deputados deste estado vão querer, representando os interesses de seus eleitores, que o banco seja estatizado. Pela manhã eles estarão, ordinariamente, defendendo a estatização. A tarde, constituintes, eles estarão discutindo, por exemplo, a lei do divórcio, no capítulo da família. Eu temo que os deputados deste estado, mesmo sendo progressistas, para salvar o banco entrem em acordo com os parlamentares reacionários do nordeste, por exemplo, para fechar um acordo: “De manhã vocês votam pela estatização que à tarde nós votamos contra o divórcio”.

Isso não é uma suposição. Fatalmente ocorrerão estes acordos. O Constituinte deveira desvestir-se do mandato de representante de seus eleitores e vestir-se como representante de todos os eleitores brasileiros, desta e das gerações futuras. Neste sentido a proposta da comissão representativa ajudaria muito, tirando de dentro da Constituinte um grupo que se dedicaria a legislar, ficando isento dos riscos do acordo espúrio.

- Mas não haveria o risco de acordo espúrio para a seleção do grupo de parlamentares que ficaria aliado da Constituinte?

- Haveria. Mas qual é o risco que não há? Como eu, como muitos brasileiros, o Dr. Ulysses está muito preocupado, e com razão. O momento é de se pensar muito cuidadosamente na Constituinte, e se elaborar a constituição de modo muito cuidadoso. A constituição não será, esperamos, para os próximos dez anos, mas para as gerações futuras.



Eu tenho medo que os segmentos se mobilizem corporativamente e, de repente, cada grupo se una para defender o futuro de sua categoria

ilimitado à propriedade da terra, sem nenhuma regra para sua utilização. Nenhum destes grupos vai ter coragem de apresentar formalmente estas propostas, porque ambos sabem que elas não se afinam com o todo da sociedade brasileira. Eu duvido que este pessoal não perceba isto. Nenhuma das extremidades vai predominar, eles vão ter que convergir. Esta convergência será tanto mais acentuada quanto mais for cobrada pela população.

— Você acha então que a lucidez dos constituintes se fará notar na medida em que houver a cobrança por parte da sociedade mobilizada?

— Sem dúvida. A lucidez terá que ser um reflexo da mobilização popular.

— O grande exemplo que temos recentemente no País, em termos de mobilização popular, é o das Diretas-Já. Mas a campanha era, em certa medida, fácil. Tanto o rico quanto o pobre, como o culto e o ignorante, tinham uma idéia precisa do que era eleição direta. Hoje nós sabemos que há muita desinformação sobre o que é constituinte. Isso não dificulta a mobilização?

— Entre, a posição pessimista e a posição otimista, eu fico com a otimista. Eu não tenho certeza, mas não acho que difícil aconteçam mobilizações. Não digo mobilização como a das diretas-já, com o povo na rua, mas mobilização de lideranças da sociedade civil, como a CNBB, a OAB, os sindicatos, as universidades etc.

O meu medo existe, mas no sentido contrário. Temo que os segmentos sociais se mobilizem corporativamente, que de repente cada grupo se una para defender o fu-

ou parcelas da sociedade.

— Você falou na contribuição que as universidades podem dar ao processo de elaboração da constituinte. O que a UnB vai fazer?

— A UnB vai dar sua contribuição. Já está começando a fazer isso, através dos Cadernos Constituição e Constituinte, que estão sendo publicados no CORREIO, graças a quem o trabalho está tendo grande penetração. Nós vamos publicar um livro a partir desse trabalho. Além disso estamos criando o CEAC — Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte, para o qual já temos convênios com a Unicamp e a UFRJ, com esta última em fase final de acordo. Com a ajuda do Dieese e de outras entidades, vamos publicar um boletim onde vão estar colocadas todas as discussões da constituinte, artigo por artigo. Queremos que todos os segmentos saibam o que está acontecendo lá no Congresso Nacional. O lema deste grupo é “Todos Somos Constituintes”.

Você acha que a proximidade da UnB com o Congresso Nacional facilita este trabalho?

E claro. Esta é a única universidade pública em que o professor pode pegar um carro e, em cinco minutos, estar conversando com um constituinte. Nós vamos trazer professores da Unicamp para cá, para que eles possam fazer o mesmo. Esta vantagem da proximidade é, na verdade, uma grande responsabilidade. Nós temos a obrigação de alimentar com informações os outros centros acadêmicos do país.

Sendo pernambucano, você está torcendo para quem para o governo do Estado?

Eu voto aqui em Brasília, e aqui meu voto é secreto.